



FORTALEZA VERDE

PARTIDO VERDE

CÉLIO STUDART 2020

Galba Viana - vice-prefeito

www.celiostudart.com.br





FORTALEZA VERDE

DIRETRIZES PARA PLANO DE GOVERNO

PARTIDO VERDE DE FORTALEZA ELEIÇÕES 2020



APRESENTAÇÃO

Atendendo ao disposto na Lei 12.034/2009, o presente documento tem por objetivo apresentar as **DIRETRIZES PARA PROGRAMA DE GOVERNO DO PARTIDO VERDE DE FORTALEZA - ELEIÇÕES 2020**, que foi elaborado com base no Programa do Partido Verde, nas contribuições recebidas de grupos e parceiros nas áreas de Ecologia Urbana, Saúde, Educação, Economia Verde, Cidadania Feminina e Meio Ambiente, bem como nas ações desempenhadas pelos mandatos de Célio Studart entre 2016 e 2020.

Esta compilação apresenta, em linhas gerais, a tônica de atuação do nosso mandato, a despeito de ser uma ferramenta viva e de construção coletiva. Ao longo de todo o período eleitoral e pós-eleitoral, estaremos abertos ao recebimento de considerações e colaborações que tragam à cadeira do prefeito a realidade do conjunto da sociedade.

A versão completa do Programa de Governo do PV/Fortaleza Verde — com todas as contribuições e novos compromissos firmados ao longo da campanha — será disponibilizada em meio digital para acesso de todos e economia de papel.

A CIDADE QUE TEMOS

Fortaleza, concebida pelos ideais de povos tão diferentes, às margens do Pageú, é uma das grandes e promissoras metrópoles nordestinas. Em constante expansão e crescimento acelerado, resultando na maior densidade demográfica do país, é banhada por belas e famosas praias. Todos os cenários apontam para um novo momento de grandeza, democracia e equidade social.

O planejamento urbanístico e ambiental desrespeitado leva o caos à periferia e aos bairros mais vulneráveis. O aumento das cidades e da população sem as políticas públicas adequadas e gestão administrativa correta fazem de Fortaleza, apesar de tão amada e visitada por cidadãos de todo o



mundo, também um palco de desigualdades e grandes problemas sociais. A recente pandemia do novo Coronavírus desnudou as necessidades mais profundas de atenção e cuidado com a população, em seus contextos mais amplos. Quase todas as áreas da administração apresentam situações delicadas e desafios a serem enfrentados com seriedade e que foram intensificadas pelo contexto sanitário, a exemplo da saúde, educação, transportes, segurança e meio ambiente.

É hora de fazermos uma extensa e profunda reflexão sobre o momento em que vivemos. É preciso iniciar uma nova forma de fazer política que estabeleça novos valores e assegure novos comportamentos na gestão do poder público. Esse é um desafio para todo cidadão, mas, especialmente, para aqueles que, filiados a partidos políticos, oferecem sua capacidade, disponibilidade, compromisso e experiência para trabalhar em favor dos interesses da sociedade.

A CIDADE QUE QUEREMOS

Diretrizes gerais

- A sustentabilidade como linha transversal na integração das questões sociais, econômicas e ambientais;
- Promoção da cidadania e da justiça social;
- Gestão pública fundamentada em princípios éticos, democráticos e transparentes;
- Gestão inteligente – de excelência e com austeridade;
- Participação social ativa.

Objetivo

Nosso objetivo é capacitar Fortaleza para ser mais competitiva numa economia de baixo carbono e respeito aos recursos naturais, com justiça social e qualidade de vida para todos os cidadãos, aliada ao crescimento econômico. A decisão pelo desenvolvimento sustentável não é apenas para mitigar os efeitos ambientais, mas, sobretudo, para aproveitar as oportunidades que estão surgindo no país e no mundo, de forma inovadora e inteligente.

A cidade que queremos preconiza que tenhamos uma visão de futuro, com o compromisso pactuado entre todos os entes da sociedade para que possamos realizar os esforços necessários para esta concretização. Os desafios na condução de uma metrópole como Fortaleza são tão numerosos quanto as possibilidades de



consolidar um novo tempo para a cidade. É preciso ousar e sonhar com as mudanças necessárias para a cidade que queremos e merecemos.

As diretrizes aqui apresentadas representam o desafio para um modelo de gestão de alto desempenho, com metas a serem trabalhadas de forma transversal entre todas as pastas, com ações inteligentes, austeras e transparentes. As propostas contemplam objetivos e projetos ambiciosos, com a complexidade que demandará de todo o corpo técnico uma administração extremamente dedicada e competente, por meio do diálogo, da transparência, e da participação social ativa e próxima do cidadão fortalezense.

O conceito de cidade verde, de fato, será norteador para as políticas públicas e definições de estratégias para todas as pastas da Prefeitura, buscando a autossuficiência, a redução da poluição e dos impactos ambientais, a implementação de desenvolvimento urbano e edificações sustentáveis em harmonia com a fauna e a flora regional e o fortalecimento do arcabouço legal ambiental – eficiente, desburocratizado e célere, atingindo todas as temáticas relacionadas à cidade e à população.

As diretrizes estabelecidas por esta plataforma política só encontram razão de ser no diálogo constante com a população, por meio de ouvidorias e dispositivos da prefeitura para atendimento e recebimento de fluxos de informações de decisões dos eleitores, respondendo à comunidade por meio da consolidação de uma teia digital e de relacionamento horizontal e transparente.

É de nossa vontade propor, ainda, a aplicação de um governo aberto em dados públicos, no qual seja possível o acompanhamento e fiscalização das ações do Executivo, numa tônica de prestação de contas constante sobre o erário público. Fortalecer a relação entre povo e governo é essencial para resgatar o respeito que a população deve ter pela gestão pública.

Ressaltamos que o compromisso com o crescimento econômico, com respeito ao meio ambiente e com justiça social para toda a população, é o único caminho viável para o desenvolvimento das cidades no século XXI, em especial no cenário apresentado pela pandemia do novo coronavírus. É urgente que pensemos no desenvolvimento da capital, de forma que seja capaz de coexistir harmonicamente todas as demandas da população, bem como sejam resguardados os patrimônios naturais da região, levando em consideração que o viver bem implica em viver em um ambiente preservado, assegurado enquanto direito, como preconiza o artigo 225 da Constituição Federal.

Outro imperativo é a aplicação de zoneamentos ecológicos e econômicos que ordenem o uso e ocupação da cidade, alinhando o atendimento ao crescimento e adensamento da população, cumprindo as diversas



demandas como habitação, usos múltiplos e diversos e atividades gerais da sociedade, com o uso racional do solo e dos espaços verdes de Fortaleza. Esta é a hora de crescermos de forma correta.

O uso de tal ferramenta no planejamento socioeconômico da cidade favorecerá, ainda, o crescimento das zonas da cidade, realizando investimentos inteligentes, respeitando o erário, e estimulando a produção de riqueza na cidade. Cidades inteligentes, como será Fortaleza sob nossa gestão, consistem naquelas que investem recursos limitados com critérios e responsabilidade, para geração de tecnologia e recursos que serão revertidos para o povo fortalezense, na medida das necessidades de cada segmento da sociedade.

A decisão de orientar os pontos de ações seguindo o conceito da sustentabilidade visa facilitar a compreensão de que o crescimento sustentável é transversal e contempla todas as áreas da cidade e das relações da população. A ideia é, por meio de uma gestão moderna e eficiente, transformar a Fortaleza que tanto amamos em uma referência de modernidade e ambientalismo urbano, em respeito ao meio ambiente, colocando a cidade como referência de sustentabilidade para o Brasil e para o mundo.

Neste contexto, é impensável não dizer que o cerne de todas as políticas públicas será a melhoria da qualidade de vida de toda a população. Justiça social, atendimento às necessidades da parcela mais vulnerável, respeito à natureza e aos animais, valorização da identidade regional da qual tanto nos orgulhamos e da pluralidade de nosso conjunto estarão sempre como objetivo das ações da prefeitura.

Investir no potencial criativo da cidade e nas suas belezas naturais, que atraem turistas do mundo todo, no humor, na música, no artesanato, na arte. Estimular, ainda, negócios criativos, a indústria 2.0, aproveitando todo o potencial intelectual do povo de nossa cidade. Ousar é o que nos tornará diferentes e competitivos para o Brasil todo.

Por fim, este documento apresenta também o compromisso da sustentabilidade como base das compras públicas e da atuação do Executivo municipal, adotando critérios da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) na gestão do município de Fortaleza. Nossa gestão tem a ambição de ser exemplo de boas práticas ambientais para a iniciativa pública e privada na cidade, no estado e para todo o país.



Para garantir a sustentabilidade, todas as ações devem ser:

- a) *ecologicamente corretas;*
- b) *economicamente viáveis;*
- c) *socialmente justas; e*
- d) *culturalmente diversas.*

São estes os pilares em que as ações do PV, nas diferentes áreas (político/econômico/social), deverão se respaldar.

Educação para a vida adequada às necessidades do nosso tempo

Diretriz

Para o PV, educação deve ter como foco central a formação para a cidadania e para o ecodesenvolvimento. Por isso, entende que este deve ser um setor estratégico no campo das políticas públicas, voltando-se ao atendimento da população desde a infância até a fase adulta.

O PV é um partido político que tem suas bases fundadas no princípio da sustentabilidade econômica, social e ambiental e na ação autônoma, fraterna e solidária. Compromete-se a dialogar com as diferentes instâncias sociais e políticas para, de forma conjunta, debater e definir ações coordenadas para a solução de conflitos que firam a liberdade democrática, a justiça social, os direitos humanos e provoquem ameaças ambientais. Para tanto, prevê que as ações humanas sejam planejadas de forma a atingir pró-eficiência na manutenção indefinida desses ideais e, com isso, propiciar qualidade de vida a toda a população.

Para o PV, a educação deve ter como foco central a formação para a cidadania e para o ecodesenvolvimento. Por isso entende que este deve ser um setor estratégico no campo das políticas públicas, voltando-se ao atendimento da população desde a infância até a fase adulta. Sabe-se que o principal obstáculo a um desenvolvimento sustentado e a uma democracia plena no país é o nível educacional da população, fato este que restringe o acesso ao conhecimento e, conseqüentemente, ao exercício consciente da cidadania e de uma profissão que garanta o sustento individual e coletivo.



A degradação do sistema educacional, sua incapacidade de formar cidadãos e também servir de base para uma valorização profissional adequada, prejudica notavelmente a consolidação de uma sociedade solidária e justa. Afeta também a possibilidade de desenvolvimento de uma economia capaz de criar o máximo de valor agregado, uma vez que depende de mão de obra qualificada.

É importante, também, que toda ação pensada para o setor educacional esteja associada a outras políticas sociais, reconhecendo que o espaço escolar como uma extensão da família e da sociedade.

Compromissos do PV com a Educação em Fortaleza

Longe de negar os esforços de governos anteriores para o atendimento às metas definidas no Plano Nacional de Educação e os planos de governos para o setor educacional, o que o PV deseja é aprimorar as boas ideias, otimizando as suas ações e propondo novos projetos que visem atender áreas carentes e pouco assistidas. Assim, muitas estratégias e ações propostas neste documento são ideias que já estão sendo amplamente discutidas nas diferentes instâncias sociais e, certamente, comporão o rol de assuntos a serem debatidos na gestão pública do município.

Neste documento apresentamos alguns aspectos dentre muitos que o PV julga necessários;

1- Garantia do direito do aluno à formação integral com qualidade, entendendo que essa formação deve ter início a partir dos primeiros meses de vida, em creches e pré-escolas e que esteja associada a ações socio-ambientais como práticas curriculares.

- Implementar *Casas Escolas* (para crianças de 4 meses a 3 anos) e escolas de tempo integral para alunos da Pré-Escola (de 4 e 5 anos); A medida visa, justamente, garantir que as mães e pais que precisem ser reintegrados ao mercado de trabalho, ou desempenhar suas funções profissionais, tenham a segurança e a tranquilidade de deixar seus filhos em um local saudável e adequado. As casas escolas, ou programa de mães crecheiras, implementará uma nova modalidade para a educação na primeira infância, estimulando, ainda, que as comunidades se responsabilizem, conjuntamente com o município, pelo bem-estar das famílias;
- Criar um projeto de *Escola Sustentável*, responsável pelo desenvolvimento de um projeto piloto de educação ambiental que sirva de laboratório para professores, alunos e comunidade em geral com a finalidade de difundir a consciência ecológica. O projeto inicial, que pode ser expandido, deverá contemplar, obrigatoriamente:



- 1) Projeto de hortas escolares, cantinho das ervas, cultivo de sementes, plantio de mudas, coleta seletiva do lixo, aproveitamento do lixo orgânico das hortaliças, legumes e grãos da merenda escolar para produção de adubo (compostagem) e reciclagem etc.
- 2) Programa suplementar de merenda escolar introduzindo no cardápio: multimistura, sucos naturais (frutos do cerrado), legumes e verduras (horta escolar), de preferência valorizando produtos de agricultura familiar e produtos regionais.
- 3) Adoção de livros didáticos que contemplem a temática ambiental em seus textos e atividades.
- 4) Instalação de brinquedotecas e parques infantis utilizando materiais alternativos (material reciclado e/ou sucata).
- 5) Implementação de programa curricular que priorize como principal eixo temático a sustentabilidade econômica, social e ambiental;
- 6) Cursos de extensão sobre educação ambiental e animalista (ofertados no contraturno) ministrados por profissionais qualificados, destinados a alunos, professores, funcionários e comunidade.

2- Reconhecimento e valorização da diversidade (cultural, étnica, racial, de gênero, social, religiosa, pessoas com deficiência, neurodiversidade etc)

- Prestar apoio a projetos de iniciativas da escola, da comunidade, de ONGs e outros parceiros ligados a temáticas envolvendo a diversidade cultural, étnica, racial, de gênero, social e etc;
- Capacitar professores para lidar com as diversidades, desenvolvendo ou apoiando cursos de atualização e aperfeiçoamento presenciais ou à distância.
- Promover a educação inclusiva, apoiando projetos e desenvolvendo ações voltadas ao atendimento a pessoas com algum tipo de deficiência.
- Implantar centros de atendimento a pessoas surdas para aprendizagem da língua portuguesa como segundo idioma.
- Otimizar ações e programas de atendimento a crianças e jovens com altas habilidades – superdotação (em todas as áreas) e neurodiversidade.



- Implementar, no âmbito das escolas, as diretrizes curriculares nacionais para a Educação Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (Lei nº 10.639/2003)
- Fomentar ações para o desenvolvimento de projetos voltados a participação dos povos indígenas na formação da sociedade brasileira e sua inclusão social.
- Realização de campanhas educativas pelo fim da violência escolar, do bullying e toda forma de preconceito.

3 - Valorização dos profissionais da educação da rede municipal

- Definir parâmetros e diretrizes para a qualificação dos profissionais da educação.
- Otimizar condições salariais e profissionais adequadas e necessárias para o trabalho dos docentes e demais profissionais da educação.
- Capacitar diretores, coordenadores e secretários escolares para o desenvolvimento de uma gestão escolar organizada e democrática, ofertando cursos de formação na modalidade presencial ou à distância, em especial atenção ao cenário da pandemia.
- Designar diretores de escola, devidamente capacitados para o exercício da função, em curso específico de formação, a partir de processo eletivo envolvendo a comunidade escolar.
- Instituir o “Prêmio Educação Sustentável” destinado a professores, servidores e alunos que desenvolvam propostas inovadoras no âmbito escolar, com foco no conceito de sustentabilidade: a) ecologicamente correto; b) economicamente viável; c) socialmente justo; e culturalmente aceito.
- Implementar nas escolas de educação básica cursos de extensão sobre educação ambiental (ofertados no contraturno) ministrados por profissionais qualificados.
- Oferecer acompanhamento psicológico aos professores, em especial aqueles vitimados pela violência sistêmica, em sua maioria nas áreas de vulnerabilidade social.



4- Colaboração com as diferentes instâncias sociais, visando o desenvolvimento de ações articuladas com a comunidade e outras instituições

- apoiar projetos alternativos de atendimento aos alunos e a comunidade em diferentes áreas: atividades físicas aeróbica e anaeróbica (inclusive atividades alternativas como ioga, pilates, tai chi chuan, meditação, capoeira); culturais (dança, teatro, musicalização, artesanato, pintura), socioambientais (orientações sobre remédios caseiros, culinária alternativa, jardinagem, preparação de hortas e pomares).
- propor parceria entre Prefeitura e Governo do Estado para apoiar estudantes de licenciatura na realização de estágio acadêmico supervisionado, com acompanhamento sistemático dos profissionais da escola.
- apoiar ações de ONG e movimentos sociais que atuam no desenvolvimento de programas de formação inicial e continuada de professores, contemplando discussões sobre gênero e diversidade étnico-racial e enfatize as lutas contra as várias formas de discriminação: sexual, racial, de gênero e para a superação da violência contra as mulheres e minorias sociais.
- apoiar e/ou patrocinar concursos musicais (Bandas Escolares, corais grupos de rock, MPB etc), artísticos (teatro, artes plásticas), esportivos (jogos Interescolares) e Feiras de Cultura no âmbito do município, com o objetivo de desenvolver potencialidades e sondar vocações, estimulando, ainda, a valorização da cultura regional;
- Ofertar uniformes confortáveis e novos para os alunos de toda a rede municipal;

5 - Otimização de meios de financiamento para o desenvolvimento da política para a educação

- Desenvolver programas de transferência direta de renda como mecanismo para aliviar a pobreza – “bônus escolar”. Para fazer parte do programa, além da apresentação de bom desempenho e produtividade escolar, os beneficiários (alunos e seus familiares) deverão desenvolver e/ou participar de projetos de educação ambiental (reciclagem, produção e manutenção de hortas domiciliares e plantas medicinais, artesanatos); atividades esportivas (escolinhas de futebol, formação de atletas, artes marciais), atividades artísticas (oficinas de artes cênicas, artes plásticas e música);

- Manter programas de doação de kits alimentares para complementação das famílias, garantindo, assim, a segurança alimentar, em especial no período de pandemia ou de emergências sanitárias;
- Fortalecer parcerias com instituições privadas para desenvolvimento de parcerias e convênios para a educação, em especial em modalidades para atendimento de pessoas com deficiência, TEA e etc.

6- Garantia da qualidade das ações educativas

- implementar uma sistemática de avaliação institucional, visando acompanhar e controlar as ações, projetos e programas educacionais.
- Ampliar a jornada escolar (turno integral) para toda a educação infantil;
- Garantir a segurança dos estudantes no ambiente escolar mediante a adoção de policiamento ostensivo de Batalhões Escolares e da guarda municipal, especialmente nas áreas com maiores índices de violência urbana.
- Instalar brinquedotecas e parques infantis em todas as escolas de educação infantil, utilizando, preferencialmente, materiais alternativos e reaproveitáveis.
- Garantir um número máximo de alunos por turma, atendendo critérios sanitários e educacionais.
- Implementar progressivamente nas escolas de educação básica currículos que contemplem a sustentabilidade econômica, social e ambiental como principal eixo temático, seguindo o modelo de “Escola Sustentável”.

- Valorização dos profissionais da educação do município.

7- Ações de sustentabilidade e acessibilidade

- Apoiar, de acordo com as características de cada escola, o projeto de hortas escolares, cantinho das ervas, cultivo de sementes, plantio de mudas, coleta seletiva do lixo, aproveitamento do lixo orgânico das hortalças, legumes e grãos da merenda escolar para produção de adubo (compostagem) e reciclagem etc, com base nas experiências da “Escola Sustentável”.
- Implantar programas suplementares visando a melhoria da qualidade nutricional da merenda escolar, introduzindo um cardápio balanceado em nutrientes e priorizando o uso de alimentos naturais e regionais, em parceria com a agricultura familiar de Fortaleza;
- Instituir, no âmbito da escola, a Guarda Escolar de Proteção Ambiental e Preservação do Patrimônio Público, formada por alunos voluntários.
- Implantar projetos educacionais inclusivos, que possam garantir o acesso e o desenvolvimento das capacidades e potenciais de todas as crianças e jovens, respeitando toda a neurodiversidade possível da população;
- Atender aos novos paradigmas da educação, por meio da intensificação do ensino multidisciplinar, plural e virtual, provendo redes de internet e conectividade nas escolas municipais.
- Centro multidisciplinar para crianças com TEA e altas habilidades;
- Implantar sinalização e demais ferramentas de acessibilidade em todas as escolas, levando em consideração as diversas necessidades de todos os alunos, conforme normas ABNT; rampas, pisos táteis, parâmetros de espaço para cadeirantes, sinalização em braile etc.

8- Acesso a tecnologias educacionais e recursos pedagógicos apropriados ao processo de aprendizagem

- Implantar programas de inclusão digital nas escolas;



- Desenvolver projeto de formação continuada dos professores para o uso das tecnologias de informação e comunicação (TIC), em especial para trabalharem com software educativos;
- Realizar parcerias público-privadas, garantindo acesso democrático às redes e a equipamentos digitais e demais eletrônicos;
- Investir em tecnologia educacional para as escolas municipais, garantindo infraestrutura necessária;
- Implantar sistema de acompanhamento escolar por aplicativo, para que pais e alunos estejam interligados e participem ativamente da comunidade escolar;

Saúde com qualidade para todos

Diretriz programática

Melhorar substancialmente a assistência à saúde por meio da reformulação do modelo atual, com destaque na atenção primária, democratização da oferta dos serviços, de forma humanizada, e valorização dos profissionais da saúde.

Apesar de todas as conquistas na área da saúde pública no Brasil e do desenvolvimento do SUS, ainda persistem problemas que impedem a prestação adequada de serviços à população. O modelo continua sendo alvo de críticas e, historicamente, mostra-se como um sistema que oferece serviços de baixa qualidade à população e remunera mal os profissionais da rede pública de atendimento.

Temos um sistema de assistência e uma política de saúde inadequados à realidade social, cultural, ambiental e econômica. Com o cenário da pandemia, percebemos mais claramente as deficiências do modelo de saúde pública, ao passo que celebramos sua existência e o atendimento universal.

O Partido Verde entende que o cidadão tem o amplo direito à saúde e à qualidade de vida, sendo responsabilidade do Estado promovê-las.

O governo investe muito no setor terciário (tecnologia de ponta, equipamentos caros, hospitais, etc.) e pouco no setor primário de saúde. O setor primário é aquele em que se valoriza o aspecto cultural da população, identificando-a com seus princípios, valores, recursos naturais e humanos, além de outros elementos. Este nível de assistência recorre a pessoas e profissionais como agentes



de saúde para atuar dentro das comunidades, capacitados, assistidos por profissionais de maior formação técnica, dentro de um modelo multiprofissional e multidisciplinar de atenção à saúde.

Também a política de saúde no Brasil é por demais centralizada no médico e, portanto, fundamentado no princípio de combate às doenças (que é aquilo para o qual o médico é treinado). O resultado é que a terapêutica é centrada na medicação, na cirurgia ou em ambos.

O Partido Verde tem como meta a mudança de paradigmas nas políticas públicas de saúde e a adequação do modelo de assistência às reais necessidades e características do povo brasileiro, trabalhando potencialmente na EDUCAÇÃO em saúde e na CAPACITAÇÃO e VALORIZAÇÃO de profissionais de diversos setores da saúde.

Programas de saúde da família, nos modelos de acompanhamento de histórico médico e preventivo, fora do contexto hospitalar, deve ser apropriadamente utilizado e adaptado no município de Fortaleza, buscando evitar o avanço de doenças que podem ser evitadas e diminuindo a pressão sobre os centros de saúde. O Partido Verde entende que, assim, diminui-se drasticamente a procura às clínicas e hospitais, o que repercute na economia com as ações de saúde.

Não obstante, nossa plataforma almeja valorizar os recursos humanos da saúde. Médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem e auxiliares fazem com que, de fato, as políticas de saúde sejam efetivas. Compreendemos que de nada adianta um centro de saúde equipado, sem não for o esforço e doação destes profissionais no dia-a-dia.

O município de Fortaleza, sob nossa gestão, será referência em gratidão e reconhecimento da atuação destes profissionais, que são fundamentais para o tratamento digno de toda a população. Locais adequados para descanso e repouso, pagamento de piso salarial justo para as categorias da saúde e adequação da jornada da enfermagem são compromissos que eu trago da Câmara Federal para a cidade.

É importante destacar, ainda, que o PV acredita que a saúde ambiental e o estímulo à qualidade de vida, de forma conjuntural, oferece caminhos para uma população mais sadia e mais feliz.

- Criar novos e capacitar os atuais agentes de saúde;
- Conceber uma rede de acompanhamento e monitoramento médico-hospitalar, digitalizada, por meio de app para que os cidadãos realizem acompanhamento de seus processos, agendamento e etc;
- Interligação de dados do sistema de saúde municipal; garantia de informações sobre histórico médico disponíveis na rede municipal;



- Implementação de modelo de telemedicina, quando possível;
- Transparência na fila para procedimentos, por meio de dados abertos sobre processos da saúde;
- Centralizar a atenção na medicina preventiva e na atenção primária em saúde;
- Remunerar adequadamente e aprimorar a qualidade dos profissionais ligados ao sistema de saúde;
- Humanização e incrementação dos serviços de pré-parto, parto, estímulo ao parto natural; direito da parturiente de escolher o local e o tipo de parto - se normal ou cesariana -, direito ao acompanhante e todos os benefícios legais do período posterior ao parto. Preconiza-se a formação de OBSTETRIZES - parteiras capacitadas por cursos especiais para atuarem nos hospitais, serviços e programas de saúde;
- Incremento das ações voltadas à Saúde Ambiental, por intermédio da vigilância de populações expostas a agentes contaminantes.
- Manter as boas campanhas e programas de saúde, como o Programa de Saúde da Família, DST/HIV, etc, aperfeiçoando-os, além de considerar, também, os aspectos básicos da genuína promoção da saúde, como alimentação correta e atividade física.
- Fortalecer as bases da representatividade das comissões comunitárias municipais de saúde, tornando-as mais ativas e partícipes das mudanças necessárias e aperfeiçoamento dos serviços de saúde;
- Investir em equipamentos públicos de qualidade, capazes de estimular a prática de exercícios ao ar livre, em contato com a natureza;
- Monitorar a qualidade do ar do município de Fortaleza, levando em consideração que as emissões de gases poluentes causam problemas de saúde na população;
- Preservar a saúde ambiental por meio do controle de ruídos e qualidade e conforto sonoro para a população;
- Monitorar a radiação ultravioleta que incide sobre o município, propondo ações educacionais e de conscientização sobre os impactos dos raios solares na saúde da população;
- Valorização de todas as categorias da saúde - médicos, enfermeiros, técnicos e auxiliares;
- Prover ações e atenção especial à saúde mental, no combate ao suicídio, depressão e etc.

Economia Verde para o desenvolvimento e emprego

Diretriz Programática



Construir um novo modelo econômico, com perspectiva na integração e sustentabilidades das políticas econômicas, sociais e ambientais, valorizando o potencial criativo e humano do município.

No presente documento estão tratadas questões que podem contribuir para o desenvolvimento de uma economia sustentável, a qual denominamos de economia verde.

O modelo hegemônico da economia hoje pauta sua organização pelo sistema econômico capitalista, que tem como pressupostos e objetivos a realização do lucro por aqueles que vendem seus produtos, o interesse utilitarista e individual dos atores econômicos, a desigualdade socioeconômica, a propriedade privada dos meios de produção, a acumulação de capital financeiro pelos proprietários dos meios de produção, dentre outros fatores que geraram, por um lado, progresso material e tecnológico inimagináveis anteriormente, além de um aumento enorme na possibilidade de conforto material por aqueles que tiveram acesso a estes progressos.

Por outro lado, a apropriação por uma pequena elite destes progressos e benefícios e a exclusão da maioria da população do acesso aos mesmos, a espoliação e destruição dos bens da natureza, a pobreza e miséria da maioria da população da Terra, além da instauração, em quase todos os poros da sociedade e mentes humanas, do consumismo, do individualismo e da competição entre semelhantes. Percebem-se, claramente, aspectos positivos e negativos como consequência deste modo de produção – a maioria sendo negativos.

A Economia Solidária jaz num meio termo entre a realidade do espírito empresarial/capitalista e o espírito solidário/fraterno. Compondo o primeiro, temos como práticas e fins a eficiência, o gerenciamento, o planejamento, os resultados baseados em metas; compondo o segundo, temos a solidariedade, a democracia, a fraternidade, a cooperação. Fundindo-se os dois, aplicando estes dois espíritos e realidades para a esfera da economia e para empreendimentos produtivos, temos os empreendimentos econômicos solidários.

A Economia Solidária apresenta uma lógica e práticas econômicas altamente inovadoras, incorporando o que há de melhor nos diferentes sistemas econômicos e com foco na sustentabilidade ambiental.

O Partido Verde, portanto, que se pretende inovador, abarcador e referencial de novos ideais e práticas, necessariamente precisa adotar a Economia Solidária como uma de suas principais bandeiras. Ela está intimamente ligada ao Consumo Consciente, ao Desenvolvimento Local e Sustentável, às Tecnologias Sociais, ao Comércio Justo e Solidário. Todas essas bandeiras representam exatamente o ideal daqueles que pretendem construir um outro mundo, possível e necessário.

Desta maneira, é de importância crucial e fundamental a incorporação da Economia Solidária no programa do Partido Verde, o mesmo devendo adotá-la transversalmente, o que significa abarcar seus valores de radicalização da democracia em todas as suas propostas para a sociedade e em todas as esferas em que o partido se organiza, interna e externamente.



O tratamento e prioridade devem ser centrais e totais quando se fala de Economia. Avalia-se que, em termos de propostas para a economia, o Partido Verde deve focar duas questões centralmente: o apoio à Economia Solidária e o apoio às micro, pequenas e médias empresas, apoiadas predominantemente pelo Sistema S brasileiro. São os empreendimentos produtivos desta magnitude que enfrentam maiores dificuldades e obstáculos para se consolidarem no mundo produtivo da atualidade, em especial no pós-pandemia, sendo assim aqueles que mais necessitam de apoio. O suporte aos pequenos empreendedores, em contraponto às grandes corporações, também teria como consequência a desconcentração de renda, o que vai de acordo também com um projeto de economia sustentável.

Premissas para uma Economia Verde em Fortaleza

- Estreita relação entre a questão ambiental e a questão econômica e social;
- Responsabilidade fiscal e social da gestão;
- Necessidade de apontar modelos de desenvolvimento sustentável como caminho para combater a miséria e o desperdício;
- Estimular atividades econômicas relacionadas com o meio ambiente;
- Estimular a ampliação do mercado de trabalho, buscando o incremento de empregos verdes, por meio de incentivos às atividades econômicas sustentáveis;
- Desenvolver novos setores da economia baseados em tecnologias limpas, que poupem, preservem e recuperem o meio ambiente;
- Estimular a criação e o desenvolvimento de micro, pequenas e médias empresas;
- Estimular a criação de empreendimentos econômicos solidários e cooperativos;
- Desburocratizar a gestão para tornar mais célere o apoio aos geradores de emprego e renda, mantendo a eficiência do município e o respeito às normas;
- Estimular o desenvolvimento local, investindo na economia criativa e inteligente, valorizando o potencial produtivo da população;
- Valorizar e incentivar ações empreendedoras;
- Democratizar, reduzir o custo e valorizar o crédito como instrumento de desenvolvimento social.
- Capacitar os trabalhadores e a mão de obra, tornando-a mais eficiente e com maior condição de adentrar em novas posições no mercado;
- Investir na massiva inserção dos jovens no mercado de trabalho, promovendo juntamente com o setor produtivo programas de qualificação e inserção desse segmento;
- Buscar investimentos internacionais para realização de projetos estratégicos do município;
- Estimular o turismo sustentável e com impacto ambiental e socioeconômico;
- Apostar em parcerias público privadas que gerem condições de executar projetos sob supervisão do governo municipal;



- Especial tratamento aos feirantes e comércio popular de rua, buscando trazer para a formalidade parcela da população que se encontra na informalidade;
- Transformar Fortaleza em um polo de economia criativa e humanizada, investindo no potencial e na intelectualidade do cidadão Fortalezense, na cultura e na arte.

Cuidar – Programa de renda mínima

Em atenção especial aos efeitos da pandemia do novo coronavírus, e na busca por diminuir os abismos sociais existentes no município de Fortaleza e toda a região metropolitana, nossa gestão irá implementar um programa de renda mínima para cuidado e auxílio de parcela mais necessitada. O benefício será ofertado às famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social, sendo a medida um apoio financeiro temporário. Vale ressaltar que a transferência de renda será uma forma de estimular o cumprimento de condicionantes como vacinação de crianças, bom desempenho escolar e, ainda, o retorno ao mercado formal para aqueles que estejam desempregados.

Fortaleza está entre as dez cidades com maior taxa de desemprego do país, situação potencializada no cenário de deflação observado em decorrência tanto da COVID-19 quanto das condições econômicas nacionais. A taxa de desemprego é alta, chegando a 12,3% de acordo com a PNAD Contínua do IBGE. Vale ressaltar, ainda, que o índice na composição entre desocupados e subocupados (com vínculos precarizados ou na informalidade), ou aqueles que sequer estão procurando emprego, ultrapassa os 29%.

O programa de transferência de renda visará assegurar o mínimo de condições de vida digna para a população, objetivando o acesso à rede socioassistencial, o livre trânsito pela cidade, acesso ao lazer e às praias (espaços gregários democráticos), a manutenção das atividades educacionais de jovens e crianças e a convivência comunitária.

Uma possibilidade ainda a ser estudada é a implantação de conjunto com medidas de benefícios como gratuidade no transporte e acesso à internet para aqueles que estão desempregados e precisam buscar suas recolocações, juntamente com a possibilidade de qualificação profissional.

- Criação de uma gerência municipal de Economia Solidária junto à Secretaria de Trabalho;
- Criação do Programa Nacional Empregos Verdes, integrando a iniciativa mundial da OIT, promovendo a capacitação de agentes comunitários do município;
- Incentivos fiscais para abertura ou expansão de empresas em setores econômicos que possuam impactos ambientais positivos ao longo da cadeia produtiva;
- Instituir Bolsa Virtual integralmente dedicada a Empregos Verdes em Fortaleza, em parceria com instituições reconhecidas na área socioambiental, com ações de avaliação, orientação e capacitação *online* para empreendedores, associando pacotes diferenciados por empresa para a qualificação profissional de seus empregados trabalhadores;
- Apoio a iniciativas e empreendimentos de economia solidária que proporcionem ofertas de empregos verdes dirigidos aos que mais necessitam deles: jovens, mulheres e camadas pobres da população da periferia de Fortaleza que compõe a Região Metropolitana.



- Locais de trabalho mais verdes, com a instituição de campanhas e prêmios de incentivo a empresas que mais se destacam em práticas de sustentabilidade;
- Incentivo financeiro por meio de microcrédito para a criação de cooperativas de reciclagem para redução de impacto ambiental em setores intensivos em matéria-prima e energia; atenção prioritária aos projetos de mão-de-obra intensiva que reduzem as emissões de gases de efeito estufa e ajudam as comunidades a adaptar-se ao aquecimento global.
- Estimular o surgimento de incubadoras de pequenas empresas na cadeia de prestação de serviços ambientais para a região;
- Criação de infraestrutura adequada, na forma de uma Fortaleza Empresarial Verde, apropriada para instalação de unidades de reciclagem administradas por associações independentes, em locais e condições mais adequadas;
- Elaboração de projetos para atração de investimentos voltados à preservação e proteção das orlas e recursos naturais, com enfoque turístico, cultural e educacional;
- Criar iniciativas específicas para reconhecimento de Empreendedores Individuais que se destaquem na área socioambiental (Eco Empreendedor Individual);
- Incentivar investimentos, inclusive quando possível por meio de benefícios fiscais e tributários, para criação de empreendimentos com foco nos eixos da sustentabilidade.

CIDADE VERDE – DESENVOLVIMENTO URBANO COM RESPEITO À PESSOAS, AO MEIO AMBIENTE E AOS ANIMAIS

A ecologia urbana é o grande desafio desse século para todos os municípios. As cidades estão inseridas no ecossistema que constituiu seu berço. Elas são construções humanas sobre um território geográfico, geológico e condições climáticas que interagem incessantemente e condicionam sua vida, para o bem ou para o mal. A crise urbana é cada vez mais intensa e só poderá ser enfrentada com sucesso dentro de uma concepção que se proponha a integrar sabiamente a cidade ao seu ambiente natural, e não divorciá-la.

As áreas verdes de florestas urbanas ou periféricas, parques, jardins e arborização de rua são indispensáveis para um ambiente urbano minimamente sadio. A preservação do verde urbano não passa pela tentativa de mantê-lo intocável, mas pelo seu uso e aproveitamento bem organizado e compatível. O verde “selvagem” no espaço urbano é de extrema vulnerabilidade e sua não utilização, como unidade de conservação aberta a um uso regulado e disciplinado pela população, o expõe à ocupação irregular ou transforma em vazadouro de lixo e entulho.

A existência de um sistema integrado de parques, corredores verdes, bacias de acumulação de águas pluviais, dotadas de vegetação compatível, bem como áreas livres de impermeabilização, são importantes para uma qualidade de vida aceitável e para a prevenção de inundações. A arborização de rua – parte mais vulnerável do ecossistema urbano – tem um papel indispensável na mitigação do calor, da poluição do ar e sonora. A proteção e o manejo superavitário da arborização pública são um dos grandes desafios de ecologia urbana.



É preciso:

- Reflorestar as áreas desmatadas e/ou degradadas em encostas, faixas marginais de proteção de lagoas, rios e canais, áreas de mangue e restinga, sempre que possível, por meio de mecanismos que mobilizem as comunidades como, por exemplo, o mutirão remunerado;
- Tirar do papel e implementar efetivamente as unidades de conservação urbanas que devem ser demarcadas, sinalizadas, protegidas e dotadas de infraestrutura, buscando-se parcerias com ONGs e empresas privadas para sua implantação prática e conservação;
- Proteger e manejar adequadamente a arborização de rua, assegurando que a sobrevivência e desenvolvimento das espécies plantadas ultrapassem amplamente as perdas inevitáveis dentro de um cronograma gradualista e cuidadoso. Instituir rotinas de tratamento das espécies doentes e uma política de podas cuidadosa e apropriada;

URBANISMO VERDE:

Urbanismo vigente é condicionado pelo rodoviarismo, pelo primado absoluto do transporte individual e dominado pelo modernismo, concepções que promovem a desintegração social e um virtual “apartheid” urbano opondo dois universos: de um lado a classe rica e média, motorizada, em bairros residências e condomínios fechados, e do outro os pobres e excluídos em favelas ou periferias miseráveis. Um urbanismo verde que conceba a cidade como parte da natureza que a cerca e como espaço democrático de integração social e solidariedade que considera a rua como local privilegiado de convívio e questiona as propostas que tendam a segregar ou isolar.

O urbanismo verde defende:

- O conceito de usos múltiplos compatíveis com ruas onde se combine harmoniosamente o residencial com o comercial, espaços culturais e de lazer etc, quebrando-se as segregações rígidas que condicionam horários vazios (portanto, de insegurança) e induzem a deslocamentos automobilísticos mais frequentes e longos;
- O estímulo ao comércio lojista de rua como forma de manutenção do multiuso dos bairros;
- As calçadas livres para a circulação e o convívio coibindo sua ocupação abusiva e desordenada, disciplinando o comércio informal em áreas compatíveis;
- Construção de habitações para os setores mais carentes, privilegiando soluções comunitárias, baratas e em dimensões sustentáveis, em sistema de compras coletivas e mutirão.
- A urbanização de favelas e áreas de ocupação irregular, sua integração à cidade formal com titulação dos moradores e uma legislação urbanística e ambiental específica;
- Desestímulo à criação de grandes conjuntos em áreas distantes de periferia, onde não existe infraestrutura e os custos de transporte em tempo e dinheiro são exorbitantes para os moradores;
- Enfrentamento da ocupação irregular em áreas de risco, de proteção ambiental e de mananciais, combate à indústria das invasões e da construção e comércio de habitações precárias nestas áreas.
- Criminalização efetiva da grilagem urbana e do parcelamento ilegal;
- O combate à poluição sonora mediante regulamentação industrial para a fabricação de equipamentos menos ruidosos, medidas de operação de trânsito, aplicação local da legislação vigente e educação ambiental para o conforto acústico;
- Defesa do patrimônio paisagístico e arquitetônico com medidas contra a poluição visual;
- Implementação da Agenda 21 no plano local

ÁGUAS

O fornecimento de água limpa em quantidade suficiente sem desperdícios e perdas; a construção de redes de esgoto; o tratamento de efluentes domésticos e industriais e a drenagem e disposição adequada das águas pluviais devem ser uma prioridade absoluta na ecologia urbana. Ela deve ser encaminhada por meio de empresas capacitadas tecnicamente, com uma relação transparente e democrática com a população.

O tratamento de efluentes domésticos e industriais deve ser implementado e controlado e o uso das águas taxado de acordo com sua utilização e grau de comprometimento.

LIXO

O acúmulo de lixo em áreas urbanas é um dos grandes fatores responsáveis por inundações e desabamentos, além de constituir ameaça à saúde pública e fator de depreciação da autoestima e da imagem das cidades que não conseguem lidar adequadamente com a sua coleta e destinação final. A má disposição de resíduos industriais, alguns altamente poluentes, contamina o solo, o lençol freático e causa danos gravíssimos à saúde das populações afetadas.

É necessário:

- Diminuir o volume de lixo, mudando uma mentalidade de embalagem baseada no desperdício, reduzindo e simplificando ao máximo os invólucros, desestimulando o uso intensivo dos plásticos e obrigando as empresas de bebidas e outras a assumirem sua parte de responsabilidade pela na reciclagem de latas e garrafas plásticas, acabando com a cultura dos descartáveis.
- Assumir o lixo também como um problema cultural com um intenso trabalho de conscientização para obter mudanças comportamentais que tornem cada cidadão corresponsável.
- Implementar projetos de coleta comunitária, compra do lixo nas comunidades carentes, onde ele constitui fator de risco, cooperativas de catadores e programas de separação e coleta seletiva para a reciclagem.
- Considerar a reciclagem de componentes do lixo e do entulho um imperativo ambiental e um investimento cultural na sustentabilidade futura, mesmo quando constitua, no imediato, uma atividade economicamente deficitária.
- Acabar com os vazadouros a céu aberto para a disposição final do lixo, substituindo-os por aterros sanitários ambientalmente administrados com reflorestamento, disposição adequada do chorume e captação de gás metano.
- Utilizar usinas de reciclagem e compostagem como soluções adaptadas às nossas condições climáticas e de mão de obra. Já a introdução de incineradores é questionável pelos custos diretos e indiretos, riscos de poluição com dioxinas e outros relativos às soluções de alta tecnologia transpostas fora do contexto climático, técnico e cultural onde foram concebidas, embora isso não deva ser tratado como um dogma para todas as situações.

TRANSPORTE: o modelo rodoviarista e o primado absoluto do automóvel como paradigma de deslocamento e de status moldou uma cidade perversa, nas quais o trânsito se transforma num dos principais componentes da violência urbana e onde a população paga caro por um transporte poluente e ineficaz. Vale ressaltar ainda que é notório um crescimento, ano após ano, da arrecadação de multas na cidade de Fortaleza. Há ainda a falta de transparência na destinação dos recursos arrecadados com multas e a ausência de programas eficientes de educação para o trânsito.

É preciso:

- Racionalizar o sistema de ônibus para obter a oferta de um serviço socialmente mais equilibrado e ambientalmente menos poluente. Criar faixas exclusivas, canaletas, estações de rápido embarque, estimular e regulamentar o uso de veículos de maior capacidade, mais silenciosos, com emissões controladas com uma parte da frota movida a gás natural. Integrar, disciplinar e regularizar o uso de peruas “vans” e outras modalidades de transporte coletivo de pequeno porte, coibindo as atividades “piratas”;
- Priorizar o transporte de massas nas suas alternativas mais eficientes e não poluentes, de acordo com as condições específicas da cada cidade: trens de superfície, metrô, Veículo Leve sobre Trilhos – VLT, bem como as formas de integração intermodais;
- Ampliar os sistemas cicloviário. Qualificar ciclovias, ciclofaixas, bicicletários e educação para sua correta utilização e integrar os sistemas cicloviários com o transporte de massa sobre trilhos, barcas e terminais de ônibus;
- Criar outras facilidades de transporte não motorizado, libertando e alargando as calçadas para os pedestres, promovendo a patinação e a caminhada. Proteger o pedestre e fazer valer sua prioridade frente aos veículos;
- Estimular a reconversão para o gás natural dos ônibus, caminhões e táxis;
- Desestimular progressivamente o uso intensivo do automóvel, que deve ser tratado como transporte apropriado para deslocamentos de longa distância, e não como transporte para o dia a dia. Para tanto é conveniente multiplicar gradualmente zonas de estacionamento pago.
- Amenizar o tráfego em áreas residenciais, por meio do desenho urbano que obrigue a uma redução de velocidade e a um comportamento mais prudente do automobilista;
- Adotar estratégias de zoneamento estimulando o desenvolvimento local, os usos múltiplos dos bairros, com geração de emprego mais próximo do local de moradia;
- Investir na diminuição da demanda de transporte pelo desenvolvimento tecnológico e pelo estímulo ao trabalho doméstico com a supressão de viagens, portanto menos desperdícios energéticos e emissões de poluentes, congestionamentos.

AR: A poluição atmosférica é uma das principais causas de degradação da saúde nos centros urbanos e periferias industriais.

Cabe:

- Aperfeiçoar seu monitoramento e elaborar novas leis e metas que acompanhem uma tendência internacional cada vez mais exigente.
- Reduzir as emissões automotivas, industriais e domésticas de gases de efeito local (particulado em suspensão, SO₂, CO, NO_x, hidrocarbonetos, ozônio etc.) de forma articulada com medidas de redução das emissões de dióxido de carbono (CO₂) e de metano que contribuem para o chamado efeito estufa (ou aquecimento global);
- Estabelecer parâmetros urbanísticos que permitam diminuir emissões, garantir corredores de ventilação e evitar ilhas de calor.

Propostas para a Cidade Verde

- Investimento em todos os parques ecológicos e urbanos já implantados, qualificando o espaço público.
- Normatização municipal e diálogo para normatização estadual de compensações ambientais e florestais.
- Recomposição de vegetação nativa e plantio de árvores em todos os bairros por meio de recursos de compensações florestais.
- Implantação de hortas comunitárias em todos os parques ecológicos.



- Reforma de infraestrutura disponível à população em parques e praças.
- Reforma e manutenção dos equipamentos públicos (parques infantis, ponto de encontro comunitário e academias da terceira idade).
- Investimento em Pontos de Encontro Comunitários em todos os bairros de Fortaleza, mediante as necessidades populacionais de cada um.
- Criação do programa “Fortaleza, Cidade Parque”, projeto de criação de novos parques por todo o município, levando em consideração os potenciais e usos para cada um deles, atendendo demandas da população como a construção de coopervia, quadras de esporte, hortas, parquinhos infantis e etc.
- Criação e consolidação da Política Municipal de Proteção e Bem-Estar Animal.
- Política de castração de animais abandonados e de animais tutelados (em especial da população de baixa renda inscrita em programas de assistência do governo).
- Construção de novos hospitais públicos e policlínicas veterinárias.
- Um castramóvel por Secretaria Executiva Regional.
- Convênio com abrigos e ONGs de proteção animal.
- Programa de apoio a protetoras e protetores de animais independentes.
- Monitoramento da qualidade do ar de Fortaleza.
- Programas de educação ambiental e estímulo a práticas sustentáveis.
- Parcerias público-privadas para realização de investimentos em infraestruturas de parques.
- Monitoramento da qualidade de águas marinhas para garantia de banho aos moradores e turistas.
- Criação da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais de Fortaleza (separada do Planejamento Urbano).
- Fortalecimento de conselhos hídricos e ambientais municipais.
- Estímulo ao transporte coletivo e com combustíveis limpos.
- Reformas nas ciclovias e ciclofaixas para correção de distorções nos trajetos.
- Ampliação da malha de ciclofaixas e ciclovias.
- Acessibilidade em calçadas e pavimentações urbanas.
- Sinalização acessível para inclusão de todos.
- Educação para o trânsito e respeito à faixa de pedestres.
- Investimentos em urbanizações de lagoas.

CIDADE CRIATIVA - CULTURA, LAZER, TURISMO E TECNOLOGIA

Diretriz Programática



A gestão pública deve criar caminhos e condições, por meio do uso inteligente e racional de recursos, para estimular todo o potencial intelectual, cultural e turístico, gerando uma economia criativa, limpa e capaz de consolidar uma nova imagem de Fortaleza para o estado, o Brasil e o mundo.

O conceito de cidade criativa é uma das possíveis interpretações que podemos dar ao movimento mundial que alia humanização, inteligência e sustentabilidade em prol de cidades mais eficientes e que ousam investir na população, ainda que enfrentando as crises orçamentárias sob as quais a maior parte das economias tem passado. Em Fortaleza, o setor de serviços é o que sustenta, de fato, a economia da cidade.

A ideia do macrotema “Cidades Criativa” é justamente valorizar a arte, cultura e lazer, por meio do investimento em tecnologia e em parcerias público-privadas, para atrair o turismo nacional e internacional. Outro importante objetivo é valorizar a produção intelectual do fortalezense, investindo nos formadores de conhecimento da cidade e também na arte, que encontra na alegria e no humor a maior representação da identidade do povo nordestino, em especial do cearense.

A produção intelectual fortalezense tem a capacidade de pensar além e de propor novidades. Com amparo da tecnologia, por meio de inteligência artificial e demais ferramentas, é possível buscar eficiência e resultados que impactaram em todos os eixos do desenvolvimento da capital. A inovação tem se transformado em um objetivo permanente das empresas, porém em um mundo tão complexo e volátil, podemos dizer que investir em modernidade e empreendedorismo no setor público é um diferencial e uma necessidade para vencer os desafios dos novos tempos.

Por meio do uso de tecnologia, a gestão quer ser capaz de interagir com todas as camadas da sociedade, gerando ativos importantes, em especial para atender camadas mais vulneráveis da população. A implantação de um sistema digital de serviços, por meio de app da prefeitura, estabelecerá uma nova forma de comunicação entre gestão. A prefeitura na palma da mão pretende oferecer uma gama de serviços para facilitar a vida do cidadão fortalezense.

O conceito de cidade criativa marca também uma nova relação de participação da população. Empreender na política apresenta-se como uma nova forma de propor a aplicação de políticas públicas, com nova roupagem, novos formatos e com o ser humano, de fato, no cerne de toda a construção. Existem inúmeras possibilidades a serem exploradas, utilizando recursos de gameificação (práticas de jogos e atividades lúdicas), infoentretenimento (ações de informação que visem sair do escopo tradicional de relação governamental) e demais possibilidades para realizar uma gestão moderna, eficiente, inclusiva e participativa. A criatividade será um valor fundamental no planejamento estratégico de nossas políticas públicas.

- Adaptação da Orla de Fortaleza ao turismo internacional e de inclusão; Realização de qualificação de sinalização urbana e investimento em tecnologias assistivas que contemplem as necessidades de turistas internacionais com deficiências;



- Planejamento de investimentos em cultura, arte e lazer na Orla de Fortaleza;
- Implantação de novos equipamentos públicos na Orla e espaços turísticos;
- Realização de campeonatos e investimentos em diversas modalidades desportivas;
- Qualificação dos micro e pequenos empreendedores para atendimento ao turismo internacional; Programas de treinamento para receptivos, estabelecimentos, guias-turísticos e etc;
- Transformação dos Centros de Atendimento aos Turistas em pontos de conexão wi-fi; Usar tecnologia para fornecer serviços públicos de qualidade a quem visita o município (linhas de ônibus e demais serviços em um app da prefeitura);
- Criação de um Festival Internacional de Jazz de Fortaleza; Parceria público-privada com investidores internacionais para atração de recursos por meio de atividade cultural; A atividade tem potencial de atrações e turistas, estrangeiros e de outras regiões do país, bem como movimenta a rede hoteleira, aérea, comércio e de prestação de serviços;
- Realização de concurso para criação da identidade visual para projetos do programa “Fortaleza, cidade Criativa”.
- Estímulo a realização de Festivais de Arte, Cultura, Cinema e Literatura a níveis nacionais e internacionais; valorizando, em todos estes eventos, a produção dos artistas e intelectuais locais;
- Fomento da literatura regional por meio de parcerias para compra e distribuição de livros de autores locais para as escolas e bibliotecas da rede municipal;
- Valorização do Centro de Fortaleza e de avenidas de comércio local;
- Implantação de Praça da Juventude, com pistas de skate, internet wifi, computadores, bancadas de estudo, espaço maker, impressoras 3D (ao estilo fablab) e orientações de trabalho em parceria com institutos federais ou CIEEs;

Cultura e Comunicação

A extraordinária riqueza cultural do Brasil vem sendo duramente corroída pela falta de apoio adequado e pela ação de variados predadores culturais. O poder público não pode estar ausente do apoio à produção cultural e artística, mas também não pode ser um canal hegemônico para tanto. Deve haver apoio e subsídio às atividades culturais e artísticas de reconhecido interesse público e comunitário que tenham dificuldade de se viabilizar por meio do mercado. Por outro lado, o poder público deve zelar para que as iniciativas culturais e artísticas que apoie sejam elementos de afirmação da democracia, da tolerância, da paz e da preservação do meio ambiente.

O poder público deve estimular a democratização dos meios de comunicação social, particularmente da mídia eletrônica.

Cabe:



- Fomentar o livre florescimento da cultura e das artes, criando novos espaços culturais e dando apoio ao cinema, teatro, literatura, artes visuais e musicais e financiando projetos escolhidos por rigoroso concurso, sem práticas de “compadrio” e tráfico de influência;
- Difundir os valores da defesa do meio ambiente, da não-violência, da fraternidade e solidariedade humana e do respeito à diferença;
- Defender a cultura em todas suas manifestações artísticas e religiosas, independente de sua origem étnica;
- Combater o racismo contra negros, índios, judeus, orientais, ciganos ou quaisquer outros povos ou indivíduos e ser objeto de uma constante campanha educativa ensinando o respeito e a tolerância;
- Defender a liberdade sexual, no direito do cidadão dispor do seu próprio corpo e na noção de que qualquer maneira de amor é válida e respeitável;
- Por fim à discriminação da pessoa com deficiência física ou mental, bem como ao preconceito de que não seriam aptos ao trabalho, à criatividade e à vida afetiva;
- Combater a discriminação contra o idoso.
- Defender os direitos à cidadania plena de todos os portadores de doenças estigmatizantes contra quaisquer formas de discriminação dentro e fora do mercado de trabalho.

COMBATE À CRIMINALIDADE VIOLENTA E SITUACIONAL

Diretriz Programática

Implementar políticas públicas sociais eficientes (prevenção, educação e presença da guarda nas ruas) e investir em áreas urbanas seguras, em parceria com a preservação ambiental e o planejamento urbano adequado, para solucionar tensões sociais que resultam em criminalidade situacional.

Esta é uma das premissas programáticas do Partido Verde, devendo ser a prioridade absoluta de toda a ação policial com uma concentração dos esforços preventivos e repressivos no combate aos crimes contra a vida e a integridade física dos cidadãos.

A competência dos municípios não alcança especificamente a complexidade da segurança pública (com exceção da referência à proteção dos seus bens e serviços, conforme a CF/88, art. 144 § 8º), mas as prefeituras têm papel determinante para provê-la. Segundo especialistas, o desenho urbano aliado a prevenção social e situacional influenciam diretamente os delitos. As questões de criminalidade crônica, em sua maioria, são resultado da estrutura física do local, não da ausência de policiamento.

A Guarda Municipal de Fortaleza é uma importante aliada aos objetivos deste plano. Porém, é de conhecimento de todos que, atualmente, muito do efetivo desta corporação encontram em serviço de guarda patrimonial em órgãos públicos da capital. Uma série de medidas deverão fazer retornar este efetivo às ruas, trabalhando em prol da prevenção de delitos.

Cabe:



- Definir a sede da Guarda Municipal de Fortaleza – GMF, utilizando áreas/terrenos institucionais;
- Atualização de mobiliário por meio de recursos oriundos do PNAFM e por meio dos recursos da fonte 1211 / 1214 do Tesouro Municipal capitados pelos leilões anuais;
- Inserir o guarda na discussão sobre segurança pública;
- Garantia de acolhimento do agente de segurança pública para tratamento de saúde acompanhamento psicológico;
- Política de acompanhamento a mulher vítima de violência;
- Promover curso de defesa pessoal para as mulheres, podendo ser realizado uma articulação com a rede de proteção GMF;
- Formação dos grupos de trabalho para populações vulneráveis;
- Fortalecer a inspetoria de segurança escolar acompanhando e equipando projetos de fantoche e círculos de paz (mediação de conflitos nas escolas);
- Integrar a GMF a rede de Proteção à criança e do adolescente;
- Definir o papel e a contribuição efetiva da GMF na política de prevenção ao uso indevido de drogas (Conselho Municipal);
- Estabelecer uma comunicação de qualidade dentro da instituição para os operadores de segurança pública terem acesso aos cursos de capacitação e todos os assuntos pertinentes a carreira e atuação da guarda municipal;
- Aprimoramento dos mecanismos de formação continuada por meio da Escola de Governo, obedecendo a metodologia e carga horária exigida para cada modalidade de formação;

Cartas Compromissos já firmadas pela Chapa “Fortaleza Verde”

Primeira Infância

Carta Compromisso Programa Cidades Sustentáveis

17 objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ONU

